

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.504 - BA (2019/0292511-4)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE : DARLAN SANTOS RIBEIRO**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por DARLAN SANTOS RIBEIRO, em face de acórdão do Tribunal de Justiça da Bahia que denegou o *writ* na origem, assim ementado (fl. 94):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE DATADA DE 31.03.2019. DECRETO PREVENTIVO FUNDAMENTADO, ESPECIALMENTE, NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO NECESSÁRIA PARA COIBIR A PRÁTICA DE NOVOS CRIMES. PACIENTE PRESO NA POSSE DE 222 PEDRAS DE CRACK, 08 BUCHAS DE MACONHA E 01 TROUXA DE CRACK. VARIEDADE DE SUBSTÂNCIAS DE ELEVADO POTENCIAL LESIVO, EM BALDAS DE FORMA A INDICAR HABITUAL COMERCIALIZAÇÃO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. PROCESSO COM REGULAR TRAMITAÇÃO. DEFESA PRÉVIA APRESENTADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.

1. Paciente denunciado pela prática do crime descrito no art. 33 da Lei nº 11.343/06, constando que no dia 27.03.2019, por volta das 18:00 horas, guarnição policial realizava ronda de rotina no bairro Moisés Reis, na cidade de Eunápolis, e ao passarem pela Rua Lua Nova, conhecido ponto de venda de drogas, notaram movimentação estranha de um grupo de indivíduos, que empreenderam fuga ao notarem presença dos policiais, sendo o paciente contido. Após realização de revista policial foi encontrado em poder do paciente 222 (duzentos e vinte e duas) pedras de "crack" 08 (oito) buchas de "maconha" e 01 (uma) trouxa de "crack", além da quantia de R\$ 34,00 (trinta e quatro reais).

2. Decreto preventivo fundamentado especialmente na garantia da ordem pública. Prisão que se mostra justificada e necessária para coibir a prática de novos crimes, em razão das declarações do paciente, dadas aos policiais no momento de sua prisão, em virtude da variedade de drogas de elevado potencial lesivo apreendidas em seu poder.

3. Ausência de alteração fática apta a desconstituir o decreto preventivo. Decisão combatida suficientemente justificada. Condições subjetivas favoráveis do paciente não autorizam, por si sós, a revogação da segregação cautelar, quando demonstrada concretamente a sua necessidade por outros elementos.

4. Ação penal com regular tramitação. Defesa prévia apresentada. Processo concluso para autoridade impetrada.

# Superior Tribunal de Justiça

Consta dos autos que o ora recorrente foi preso preventivamente pela prática do delito tipificado no art. 33 da Lei 11.343/2006.

No presente recurso em *habeas corpus*, sustenta, em suma, que a decisão que decretou a prisão preventiva carece de fundamentação idônea, requerendo, assim, sua revogação.

Na origem, a ação penal n. 0300779-57.2019.8.05.0079, oriunda da 2ª Vara Criminal - Eunápolis, encontra-se em fase de instrução e julgamento, consoante informações processuais eletrônicas disponibilizadas no *site* do Tribunal *a quo*, consultadas em 2/10/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão que decretou a prisão preventiva do ora recorrente, restou assim fundamentada (fls. 27/30):

Este auto de flagrante foi lavrado pela autoridade competente, no mesmo dia da prisão do acusado, caracterizando o estado de flagrância previsto no art. 302, do CPP.

Foram observados os incisos LXII e LXIII do art. 5º da Constituição Federal, comunicada a prisão e o local onde se encontram ao Juiz competente e às famílias das presas ou às pessoas por elas indicadas sendo-lhes assegurada assistência de advogados.

Ouviram-se o condutor, as testemunhas, o conduzido, lançadas as respectivas assinaturas e entregue ao indiciado, conforme recibos por este assinado, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, a competente nota de culpa.

Ademais, os documentos de fls. 2 a 18 evidenciam a existência material dos eventos, havendo suficientes indícios de autoria nas palavras das testemunhas, além da confissão do acusado, bem como o laudo constatação provisório de substância entorpecente às fls. 16.

Cabe ao magistrado, ao receber a comunicação da prisão em flagrante, cotejar sobre a necessidade de se manter a custódia ou, se possível, a sua substituição por outra medida cautelar.

A prisão, tal como concebida no direito brasileiro, deve ser imposta tão somente quando instrumento de garantia processual, ou quando necessária para se resguardar a comunidade.

# Superior Tribunal de Justiça

Passando ao exame do caso em concreto, inicialmente, anoto que a materialidade e os indícios de autoria restam comprovados satisfatoriamente, diante do que aponta o auto de prisão em flagrante.

Não obstante não tenha maiores informações sobre o acusado, entendo que a prisão se justifica por conta da necessidade de se preservar a ordem pública.

Com efeito, embora seja um conceito aberto, a ordem pública deve ser examinada como um dado ajustado à comunidade local, uma vez que determinada conduta pode não ser ofensiva no estado da Bahia mas sê-lo em São Paulo, por exemplo.

Entendo que a ordem pública escora-se, principalmente, na gravidade da conduta, e não da gravidade em abstrato do crime perpetrado.

A conduta do acusado, *prima facie*, implica na ameaça e agressão aos direitos fundamentais de toda a coletividade, sejam ligados diretamente ou não às ações de tráfico. Todos sabem as conseqüências destruidoras que o tráfico de entorpecentes causa à sociedade.

Sabe-se, por outro lado, que a sociedade não tolera mais o nível crescente da violência reflexo da necessidade dos dependentes de entorpecentes em sustentarem o seu vício.

O fato de não se acautelar o meio social, como se faz na espécie, implicaria numa situação de insegurança da população, trazendo o descrédito na justiça e o sentimento de impunidade.

De mais a mais, as informações constantes dos autos não trazem quaisquer anotações quanto ao vínculo das acusadas com o distrito da culpa que, a meu sentir, fundamenta a prisão na necessidade de se garantir a instrução criminal e aplicação da lei penal.

[...]

Destarte, é de se lembrar, porém, que a prisão é dotada da cláusula *rebus sic stantibus*, ou seja, vale apenas enquanto perdurar a situação de fato que ensejou a decretação, sendo que eventual inovação fática poderá ocasionar novo exame da necessidade da custódia.

Ante o exposto, HOMOLOGO a prisão em flagrante levada a efeito pela autoridade policial e, na oportunidade, sirvo-me da presente decisão para decretar, como de fato decreto, a prisão preventiva de DARLAN SANTOS RIBEIRO, cuja qualificação segue às fls. 12.

Como se vê, o decreto de prisão não traz qualquer motivação concreta para a prisão, fazendo referência às circunstâncias já elementares do delito, valendo-se de fundamentação abstrata e com genérica regulação da prisão preventiva, além de presunções e conjecturas, evidenciando a ausência de fundamentos para o decreto prisional.

Não se tendo no tema, com a clara motivação genérica, divergência nesta Sexta Turma do Tribunal, reconheço a ilegalidade arguida.

Ante o exposto, defiro a liminar para a soltura do recorrente DARLAN SANTOS RIBEIRO, o que não impede a fixação de medida cautelar diversa da prisão, por decisão fundamentada.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator

